


(RE)SIGNIFICAÇÕES DO PASSADO NA OBRA DE OLIVEIRA VIANNA:
PRODUÇÃO INTELLECTUAL DE LEGITIMAÇÃO DO ESTADO AUTORITÁ-
RIO PARA A POLÍTICA NACIONAL BRASILEIRA *

View metadata, citation and similar papers at core.ac.uk

brought to you by  CORE

provided by Biblioteca Digital Jurídica do Sul

STATE TO THE BRAZILIAN NACIONAL POLITICS

FABIAN FILATOW **

Resumo

O artigo tem como objetivo realizar um estudo referente às (re) significações do passado presentes na produção intelectual de Oliveira Vianna. Almejamos ressaltar que em sua produção o passado tem ressonância, ou seja, não se configura num discurso imaginado ou inventado simplesmente, pelo contrário, ancorou-se em estudos e reflexões históricas e sociológicas da formação nacional brasileira, buscando responder questões do seu tempo presente, tanto do social quanto do político. Todavia, podemos evidenciar que este estudo sobre o passado não passou incólume pela ideologia política da qual era simpatizante. O passado se encontra, em suas obras, ressignificado, ou seja, na construção do discurso, Vianna objetivava, além de explicar os males de origem

Abstract

The paper aims to conduct a study relating to (re) present in the meanings of the past intellectual production of Oliveira Vianna. We aim to emphasize that in production the past has resonance, “ie”, is not considered a speech just imagined or invented, by contrast, is anchored in historical studies and reflections and sociological training Brazilian national seeking to answer questions of his time there, both the social and the political. However, we emphasize that this study of the past has not gone unscathed by the political ideology of which it was sympathetic. The past is in their works, reframed, or the construction of discourse, aimed Vianna, and explain the evils of origin of the problems faced by national politics over the national training

* Artigo recebido em 26-12-2011 e aprovado em 20-06-2012.

** Mestre em História pela UFRGS e doutorando em História na PUCRS. Endereço eletrônico: ffilatow@ig.com.br

dos problemas enfrentados pela política nacional ao longo da formação nacional do Brasil, oferecer um projeto político de caráter conservador, em contraposição ao projeto liberal em vigor desde a proclamação da República e consagrado na constituição de 1891. Nas décadas de 20 e 30 do século XX, Oliveira Vianna produziu obras que confirmaram seu posicionamento político como adepto do centralismo e do autoritarismo. A produção intelectual de Vianna se configurou num esteio para os pensadores que seguiram esta orientação política nos anos futuros da história nacional, ao mesmo tempo em que o identifica com uma longa tradição do pensamento conservador brasileiro.

Palavras-chave

Oliveira Vianna – Intelectuais – Usos do Passado – História Política – Autoritarismo

in Brazil, offering a political project a conservative as opposed to the liberal project in place since the proclamation of the Republic and consecrated in the constitution of 1891. In the decades of 20 and 30 of Oliveira Vianna century produced works that confirmed its position as a supporter of political centralism and authoritarianism. Vianna's intellectual output is configured in a mainstay for the thinkers who followed this policy guidance in future years of national history, while that identifies it with a long tradition of conservative thought in Brazil.

Keywords

Oliveira Vianna – Intellectuals – Uses of the Past – History – Political Authoritarianism

1. Introdução

O artigo tem como objetivo realizar um estudo referente às ressignificações do passado presentes na produção intelectual de Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951)¹, intelectual-político do seu tempo, que

1 – Nasceu em Palmital de Saquarema, Rio de Janeiro. Abastado filho de fazendeiros. Educado no colégio Carlos Alberto, em Niterói, formou-se em Direito em 1906, pela Universidade do Rio de Janeiro. Ocupou diversos cargos na vida pública e política, tais como: diretor de fomento agrícola do Rio de Janeiro (1926); membro do conselho consul-

obteve notoriedade entre as décadas de 1920 e 1940. Sua produção se encontra respaldada numa certa ressonância, ou seja, não se configura num discurso imaginado ou inventado simplesmente, fundamentou-se, assim acreditou Vianna, em estudos e reflexões históricas e sociológicas sobre a história brasileira com os quais buscou responder questões do seu presente histórico, destacadamente, no campo político.

Por ressignificações entendemos os discursos históricos produzidos com o propósito de legitimar as ideias políticas que desejava ver instauradas no Brasil da primeira metade do século XX², política centralista e autoritária, necessárias, segundo Vianna, para combater o mal causado pelos idealistas utópicos, os republicanos liberais que instauraram a República no País. Assim dito, percebemos que o estudo realizado por Vianna sobre o passado da história nacional não passou incólume pela sua concepção de

tivo do Rio de Janeiro (1931); consultor jurídico do Ministério do Trabalho (1932-1940), destacando-se como principal formulador da política sindical e social do governo Vargas, instituindo a Justiça do Trabalho e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Entre os anos de 1940 e 1951 foi ministro do Tribunal de Constas da União. Como intelectual foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e membro da Academia Brasileira de Letras (ABL).

2 – Utilizamos o termo ressignificações do passado com o propósito de destacar a seleção de acontecimentos e/ou período da história brasileira por Oliveira Vianna em sua produção bibliográfica. Não temos a intenção de indicar a existência de uma “verdadeira” significação do passado, mas, sim, que, na produção intelectual de Vianna, esta está presente como forma de confirmação de suas propostas políticas. Caso exemplar pode ser mencionado no caso do Rio Grande do Sul, criticando a existência dos clãs de maneira geral no País, no Estado gaúcho assume interpretação distinta, ou seja, foi exaltada, pois o interesse era mostrar a lealdade ao chefe, realizando um contraponto com a proposta política defendida como solução para o caso nacional, na pessoa do governante. Ainda um último exemplo, apenas para evidenciar nossa ideia, a aproximação do Segundo Reinado com o Estado Novo e da Primeira República com o Período Regencial também não foi ao acaso, mas buscou identificar a centralização no primeiro caso e a descentralização e a desordem vigentes no segundo. Assim sendo, o passado não estava sendo simplesmente investigado na busca em ser compreendido partindo-se do questionamento científico, mesmo que partindo de questões do presente do autor, mas era acessado com o propósito de corroborar as propostas políticas de Vianna para o presente e futuro da vida política do Brasil. Sobre o valor do passado para Vianna, sugerimos a leitura do Capítulo XIX – O valor pragmático do passado. In: VIANNA, Oliveira. *O Idealismo da Constituição*. 2ª ed. aumentada. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939, p. 317-335.

(Re)Significações do Passado na Obra de Oliveira Vianna: produção intelectual de legitimação do Estado autoritário para a política nacional brasileira

política, pois este se encontra, em sua produção intelectual, ressignificado, ou seja, além de explicar os males de origem dos problemas enfrentados pela política nacional que teriam sido os geradores dos problemas vivenciados no seu presente, a saber, da Proclamação da República até a década de 1930 principalmente, visou a disponibilizar um projeto político conservador, em contraposição ao projeto liberal em vigor a partir de 15 de novembro de 1889, regime legitimado na Constituição de 1891.

Nas décadas de 20 e 30 do século XX, Oliveira Vianna produziu obras que confirmaram seu pensamento político, o qual tinha o primado do centralismo e do autoritarismo, perspectiva política nunca abandonada pelo autor, mesmo após deixar o governo de Getúlio Vargas, continuou convicto em suas ideias políticas até o final de sua vida³. Sua produção intelectual se configurou num esteio para os pensadores que seguiram este pensamento político, tanto naquele período quanto nos anos futuros (destacamos aqui os anos de 1937 e 1964).

Deste modo, selecionamos algumas obras da sua produção intelectual como fonte para realizarmos nosso estudo, o qual visa a evidenciar os usos do passado como legitimador das interpretações realizadas por Vianna em prol da construção de um discurso intelectual, tido como científico, que visou a ofertar uma ação política, uma prática política, para o Brasil da primeira metade do século XX⁴.

Devido à grande produção e tendo entre elas uma significativa repetição de ideias⁵, optamos por selecionar quatro obras de Oliveira Vianna.

3 – Acreditamos que este posicionamento e o acontecimento de 1964 tenham contribuído para o seu ostracismo intelectual, sendo este sempre atrelado, principalmente, ao pensamento autoritário.

4 – Uma revisão historiográfica da produção intelectual de Oliveira Vianna pode ser apreciada na obra de José Carlos Reis. O autor apresenta diferentes intelectuais que se dedicaram a estudar a produção de Oliveira Vianna, indo dos “mais raivosos” aos “mais brandos”. (REIS, 2006, p. 123-133). Para uma compreensão mais ampla da construção do pensamento nacional através da historiografia brasileira, indicamos a obra *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. (LEITE, 1983).

5 – Segundo Jarbas Medeiros, toda a obra de Oliveira Vianna foi estruturada nos primeiros anos da década de 20 e apenas “desdobrada” nos anos posteriores, até o final, estaria

Seleção esta que teve como parâmetro a relevância das ideias políticas expressadas e o período no qual foram publicadas e reeditadas. Temos assim o período dos anos 20, a visibilidade de Vianna como intelectual que interpretou o Brasil aos olhos do seu presente; Vianna dos anos 30, ação política, inserido no governo, destacando-se no governo Vargas, período onde ocorreram diversas reedições de suas obras. As produções apreciadas foram: *Populações meridionais do Brasil*⁶, *Evolução do povo brasileiro*⁷, *Problemas de política objetiva*⁸ e *O idealismo da constituição*⁹. Buscando elucidar os posicionamentos de Vianna, através das obras mencionadas, temos que do seu lançamento como pensador sócio-histórico, as primeiras obras da década de 1920, nas quais realizou um estudo balizado por regras científicas disponíveis no seu contexto, posicionam Oliveira Vianna como intelectual. As obras da década de 30, nas quais formulou sua solução para a crise, foram norteadas por sua concepção de política, isso nos permite defini-lo como intelectual-político, pois acumulou ambas as funções, tendo participação direta no governo nacional. Ou seja, a seleção proposta buscou dar conta de um período significativo da vida intelectual e política de Vianna, ou seja, no primeiro momento analisou a realidade nacional e na sequência aplicou esse estudo como parâmetro para a prática política,

contida na proposição de confirmar este viés de nacionalismo autoritário (MEDEIROS, 1978, p. 159).

6 – VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973 (2 vols.). A primeira edição da obra ocorreu em 1920, sendo reeditada em 1922, 1933, 1938, 1952. Demonstra ter sido um grande sucesso editorial nos anos 20 e 30.

7 – VIANNA, Oliveira. *Evolução do povo brasileiro*. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1956. Obra que pretendia ser um estudo histórico e que na qual realizou um estudo cronológico da evolução social do povo brasileiro. Publicada em 1923, teve sua reedição em 1932, sem “necessitar” de revisão, segundo afirmação do próprio autor. Confirmando, assim, suas convicções interpretativas, mesmo após severas críticas impostas à obra.

8 – VIANNA, Oliveira. *Problemas de política objetiva*. São Paulo: Companhia editora nacional, 1930.

9 – VIANNA, Oliveira. *O idealismo da constituição*. 2ª ed. aumentada. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia editora nacional, 1939. Obra originalmente publicada em 1927, mas foi revista e aumentada em 1939. Por isto se encontra como “última” na ordenação dada ao texto, por ter sido uma obra publicada na vigência do Estado Novo.

(Re)Significações do Passado na Obra de Oliveira Vianna: produção intelectual de legitimação do Estado autoritário para a política nacional brasileira

utilizando o vocabulário de próprio autor, a “terapia” política aplicada foi orientada pelo “diagnóstico” realizado.

Ressaltamos, todavia, que não temos a pretensão de realizar um estudo exaustivo e definitivo do pensamento social de Oliveira Vianna, mas compreender o papel dado ao passado nos momentos em que se dedicou a expressar suas concepções políticas. Inclusive nas obras destacadas acima, nos dedicaremos a sua ideia política, buscando compreender suas ressignificações sobre os motivos geradores da degeneração política vivenciada no Brasil no período posterior à derrubada da monarquia.

2. As ressignificações do passado no pensamento político de Oliveira Vianna

A necessidade de fundamentar o passado histórico foi uma constante dos nacionalismos. Não foi diferente nos países latino-americanos. Destacamos aqui o processo de construção dos Estados, das Nações e das Identidades ocorrido nas ex-colônias da América hispânica no período posterior ao processo de independências. A busca pela legitimidade política e construção da identidade nacional retomou em inúmeras oportunidades o passado para legitimar determinados grupos ou parcelas da sociedade como nacionais e declarar seus respectivos direitos como cidadãos. No período que se seguiu às independências, percebemos uma intensa busca das origens do Estado e da nação de cada uma das regiões que formavam o território colonial espanhol na América¹⁰. Os intelectuais tiveram significativa participação em cada um destes novos Estados, agora independentes (século XIX), mas em plena construção da nação através dos discursos construídos e que geralmente estavam atrelados ao Estado¹¹.

Deste cenário instigante e questionador, passamos a perceber os usos do passado na historiografia brasileira e como esse foi utilizado para

10 – Para um maior aprofundamento desta questão, indicamos Palacios (2009).

11 – Percebemos que os usos do passado e suas ressignificações não se configuram numa exclusividade de Oliveira Vianna e que não se restringem a historiografia brasileira.

oferecer sustentação a teorias políticas defensoras do centralismo e do autoritarismo, como no caso de Oliveira Vianna.

Atualmente percebemos uma efervescência na historiografia brasileira, e nas ciências humanas como um todo, que demonstra uma retomada da produção intelectual de Oliveira Vianna, inclusive requerendo sua presença entre os intelectuais do pensamento social brasileiro, entre os intérpretes do Brasil (BRESCIANI, 2007). O atual momento historiográfico está marcado pela releitura dos autores considerados clássicos que se dedicaram a pensar o Brasil e sua formação. Vianna se encontra inserido nesta releitura.

Na produção intelectual de Oliveira Vianna, percebemos a constante preocupação pela unidade nacional, o que não era uma exclusividade sua, pois, segundo Nilo Odalia, era uma

(...) característica de uma parte significativa da historiografia brasileira do século XIX e do início deste século, até o final da década de 1920, em que a preocupação fundamental do historiador era a de, ao partir de uma análise fundante de nossa história, buscar soluções para a realização do sonho de uma Nação unitária e integrada. (ODALIA, 1997, p. 119-120)

Na perspectiva de Odalia, temos Francisco Adolfo de Varnhagen, primeiro historiador brasileiro a produzir uma leitura fundante do passado colonial brasileiro, na qual buscou expressar a unidade nacional. Capistrano de Abreu, intelectual que também está inserido nesta continuidade de pensamento sobre a unidade nacional, marcou e se destacou igualmente na historiografia brasileira por demonstrar a inconsistência da unanimidade presente na historiografia nacional, ou seja, uma linha interpretativa em rota de colisão direta com o pensamento de Varnhagen¹². O passado colonial foi

12 – Uma ampliação desta discussão está presente em Reis (2007), obra na qual se dedicou a estudar Varnhagen, Capistrano de Abreu, entre outros. Destacamos também a obra de Diehl (1998), na qual o autor apresentou um estudo sobre a cultura historiográfica brasileira do IHGB aos anos 1930. Apresentando a institucionalização do saber histórico

(Re)Significações do Passado na Obra de Oliveira Vianna: produção intelectual de legitimação do Estado autoritário para a política nacional brasileira

interpretado como cenário de fragmentações, fissuras e divisões, motivadas tanto pelo espaço geográfico como pelas diferenças raciais e socioeconômicas (ODALIA, 1997, p. 123). Vianna também se encontra inserido nesta continuidade historiográfica¹³. Sua produção buscou construir a unidade nacional, tendo no passado o substrato para sua análise fundante da nossa história nacional. Vianna recebeu também o pensamento de Capistrano de Abreu, porém não se limitou a concordar com a análise feita, foi além e projetou a construção da unidade nacional superando aquelas fissuras expostas por Capistrano.

Oliveira Vianna declarava ser necessário conhecer a realidade nacional para agir com conhecimento, conhecer para mudar e assim realizar a obra unificadora¹⁴. Atividade esta que deveria ser assumida pelo Esta-

e a construção de uma identidade nacional (p. 21-90).

13 – Apenas para fazer uma breve menção, pois esta “continuidade” incluiu certamente outros nomes da historiografia nacional, destaco o pensamento de Alberto Torres, pensador que exerceu significativa influência no pensamento político de Oliveira Vianna. Presente de maneira exaustiva na obra de 1930, a qual Vianna iniciou e concluiu tratando de Alberto Torres (VIANNA, 1930, primeira parte). Ao abordar a necessidade de se efetuar a revisão da Constituição de 1891, a qual foi declarada como inadequada para a realidade nacional brasileira, justamente por ter sido elaborada por aqueles que desconheciam a realidade do País, construída como um mosaico de ideias exóticas e não realistas com a nossa atual condição, legitimando-se em Alberto Torres, Vianna o faz falar “nossa Constituição é uma coleção de textos mortos como espécies de herbanário, entre os quais exercemos uma dialética de associações verbais e raciocínios doutrinários” (VIANNA, 1930, p. 12-13). Torres defendia a criação do Poder Coordenador, muito próximo da experiência do Poder Moderador vigente no período imperial. Seu objetivo maior seria o de coordenar ou harmonizar as energias dispersas dos vários núcleos regionais (VIANNA, 1930, p. 22).

14 – Inserido neste pensamento, encontramos na obra de Oliveira Vianna a defesa do fortalecimento e da autonomização do Poder Judiciário como solução para suprimir os vícios existentes no sistema de representação política brasileira. Ao mesmo tempo, podemos perceber a defesa do autor de que o Poder Judiciário deveria tutelar tanto os direitos sociais quanto os direitos individuais e os políticos, pois somente assim poderia, no Brasil, promover uma verdadeira mudança institucional, ancorada numa cultura própria, aprimorando as instituições políticas e efetivando o real exercício da democracia. Mesmo não sendo o Poder Judiciário nosso objeto de reflexão no presente estudo, gostaríamos de indicar o Capítulo XII – O Poder Judiciário e seu papel na organização da democracia no Brasil. In: VIANNA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999, p. 501-506. Um estudo mais específico sobre o Poder Judicial

do se utilizando da política centralista e do autoritarismo para combater os males geradores da desintegração nacional, oriundos do nosso passado colonialista, no qual se processou a ampla ocupação desorganizada do território. Nas pendências entre o Poder local – latifúndio, autocrático, semiautárquico – e o Poder central, Oliveira Vianna defende impreterivelmente o segundo, reclamando deste medidas de contenção do primeiro (MEDEIROS, 1978, p. 160).

Temos assim a produção intelectual de Vianna direcionada para legitimar o centralismo político a fim de superar as divisões diagnosticadas pela historiografia brasileira que o precedeu. Ou seja, a questão da unidade nacional não era uma novidade de Oliveira Vianna¹⁵, foi uma constante entre os intelectuais que pensaram o Brasil anteriores a Vianna; o que o singularizou foi a solução proposta para a efetuação da unidade nacional, que somente aconteceria com um Estado centralizado e forte com o chefe do Executivo igualmente forte. A luta contra o insolidarismo foi uma constante na sua produção. Somente assim a unidade tornar-se-ia uma realidade nacional. Odalia destaca a atualidade desta questão,

A unidade brasileira tão enaltecida permanece, quer queiramos ou não, a ser um problema, que se repõe continuamente. A pretensa homogeneidade, conceito que corre paralelo ao de

no pensamento intelectual de Oliveira Vianna pode ser encontrado em SANTOS, Daniele Ramos Venezia dos. *A judicialização na obra de Oliveira Vianna*. UFF, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito. Niterói: Dissertação, 2009. (91f).

15 – “O tema da integração e dispersão atravessa a realidade e o pensamento brasileiros. Em dadas ocasiões, ele se põe de novo, umas vezes em termos bem diversos dos anteriores, outras com ingredientes antigos. A sucessão de constituições brasileiras, ao longo do Império e da República, principalmente nesta, pode ser também um indício desse periódico e reiterado movimento de integração e dispersão. Mas esse problema vem de antes. Nasce com a colonização e modifica-se no curso da história. Na Colônia, no Império e na República, os movimentos contraditórios, divergentes ou opostos, mostram-se visíveis. A despeito de que as forças que operam em cada época são distintas, recriam-se com outros e novos ingredientes, não há dúvida de que são às vezes decisivos; são indispensáveis à compreensão das condições de formação da sociedade, Estado e nação. Por isso o Brasil dá a impressão de um país em busca de uma fisionomia.” (IANNI, 2004, p. 159-160)

(Re)Significações do Passado na Obra de Oliveira Vianna: produção intelectual de legitimação do Estado autoritário para a política nacional brasileira

unidade, e que se pretende existir na sociedade brasileira, quando se insiste em suas características híbridas e miscigênicas, apenas camufla sua diversidade, como se esta fosse um mal e uma fonte de conflitos. (ODALIA, 1997, p. 124)

A década de 1930 foi um momento de forte agitação política e social, inserida num contexto internacional de contestação ao liberalismo e envoltos por propostas autoritárias e totalitárias. Foi neste contexto que Oliveira Vianna produziu suas obras¹⁶, as quais buscaram no passado a legitimação científica para confirmar sua ideia sobre a necessidade da presença mais ativa por parte do Estado brasileiro. A nação somente teria êxito se combatesse a histórica insolidariedade existente no País.

Para Vianna, a busca pela unidade nacional passava pelo estudo da realidade nacional, como já mencionado, estudo que deveria estar legitimado pela ciência. Nessa busca acabou supervalorizando a ciência, sendo seduzido pela sua pretensa objetividade. Selecionou, no mercado intelectual da época, os modelos que, segundo sua compreensão, melhor responderiam aos seus objetivos. Prefiro evitar rotulações apressadas, tais como simples copiador ou imitador de ideias estrangeiras, pois essas fo-

16 – Vianna demonstrou ter percebido o seu contexto principalmente o pós Primeira Guerra Mundial, bem como o período histórico que a precedeu com a corrida imperialista, assim declarou: “Há um século estamos sendo como fumadores de ópio, no meio de raças ativas, audazes e progressistas. Há um século estamos cultivando a política do devaneio e da ilusão diante de homens de ação e de preta que, por toda a parte, em todas as regiões do globo, vão plantando, pela paz ou pela força, os padrões da sua soberania. Nesse contato, que se torna cada vez mais estreito, o nosso destino já está pretraçado. É o das panelas de barro do apólogo, que giram e regiram no mesmo remanso ao lado das panelas de ferro, e que estas acabam, num choque, espedaçando. (...) O problema da nossa salvação tem que ser resolvido com outros critérios, que não os critérios até agora dominantes. Devemos doravante jogar com fatos, e não com hipóteses, com realidades, e não com ficções e, por um esforço de vontade heróica, renovar nossas ideias, refazer nossa cultura, reeducar nosso caráter. Essa obra de reeducação, que é também obra de organização e construção (...) Só assim, no contato forçado com esses grandes povos que estão invadindo e senhoreando o globo poderemos, pelo reforço providente das nossas linhas de menor resistência, conservar intactas, no choque inevitável, a nossa personalidade e a nossa soberania” [*sic*] (VIANNA, 1973, p. 20-21).

ram, antes de tudo, selecionadas num universo de possibilidades, como podemos perceber, por exemplo, em seus estudos sobre a raça, a escolha recaiu em autores que já estavam em desuso ou em franca decadência no cenário intelectual internacional, mas que aqui respaldaram o estudo de Vianna como científico¹⁷. Além da seleção ocorreu também a adaptação dessas ideias à realidade nacional. Enfim, os caminhos trilhados por Vianna para refletir sobre o Brasil e construir sua proposta política encontram-se associados ao seu intelecto, à sua ideologia, que orientaram suas escolhas entre os intelectuais e teorias que vigoravam no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX.

Vianna esclarece que, para se obter a unidade nacional, deveríamos estudar as particularidades do povo, do regional e do nacional. Declarou igualmente que seria responsabilidade do Estado elaborar um projeto educacional para que o povo tivesse consciência dos direitos da coletividade, superando desta maneira os interesses particulares. Seria então, através da educação capitaneada pelo Estado, que o Brasil passaria a ter de fato uma unidade, construir-se-ia a nação partindo do conhecimento objetivo da nossa formação.

Na introdução da obra *Problemas de Política Objetiva*, Oliveira Vianna retoma Taunay através do trecho retirado da obra *Retirada da Laguna*, com o propósito de demonstrar que o desconhecimento da realidade brasileira por parte dos dirigentes do País vem de longa data. Evidenciando assim a necessidade de se alterar esta situação que distanciou o gerenciamento político da realidade nacional, a qual seria conhecida pelo homem do simples.

(...) todos aqueles homens foram vítimas inconscientes de um erro colossal. Este erro partira daqui, dos responsáveis supremos pelo plano de campanha e nascera da ignorância por parte

17 – José Murilo de Carvalho, ao efetuar um estudo sobre Vianna, evidenciando os principais autores estrangeiros utilizados para produzir a obra *Populações meridionais do Brasil*, o que evidencia uma seleção. (CARVALHO, 2004, p. 175)

deles daquele meio remoto, das fronteiras de Mato Grosso, das imensas solidões campinosas que nos ligam ao Paraguai. (...) este matuto ignorante era o único que via na expedição, o único que sabia, o único que tinha verdadeira ciência daquela terra. (...) Ele tinha o sentimento da realidade (...). Por isso, ele sabia; os outros, não. (...) Na esfera política e constitucional, as nossas elites dirigentes não estão mais informadas do que na esfera militar: nesta, como naquela, o seu desconhecimento da terra e do povo é completo. (VIANNA, 1930, p. 1-4)

Vianna propõe a solução para esta realidade:

(...) seria possível corrigir este desconhecimento e os males que dele derivam, procurando trazer aos centros do governo e da administração, por meio do mecanismo engenhoso dos Conselhos Técnicos, a colaboração de todos os homens de boa vontade, práticos, experientes, que, embora não pertencendo à classe política, estejam (...) em contato mais direto com a nossa realidade (...). (VIANNA, 1930, p. 4)

A utilização do saber científico tem como objetivo, no pensamento de Vianna, ou pelo menos possibilita esta interpretação, esvaziar o conteúdo político de sua análise, delegando a uma necessidade científica a reorganização política proposta ao País.

Assim podemos perceber a resignificação do passado quando Vianna aborda os problemas enfrentados pelos colonizadores. Exaltou os estadistas coloniais por sua habilidade política, que se mostraram na “plenitude da sua eficiência”, mesmo reconhecendo que alguns órgãos do governo metropolitano aplicado na colônia não foram apropriados, mas no final a resignificação: “No meio desses desacertos, há, porém, grandes acertos, um superior espírito de objetividade, um admirável senso das nossas realidades, um conhecimento profundo e meticuloso das peculiaridades da nova

terra e da gente que a conquista, a desbrava e a povoa” (VIANNA, 1956, p. 197-198). O projeto português, segundo Vianna, era o de construir a unidade¹⁸, ancorados que estavam no conhecimento da nossa realidade, ou seja, excluiu o conhecer para explorar da sua resignificação, mas o projeto não deu certo. Vianna apresentou os motivos para o fracasso:

Os erros iniciais, cometidos por eles na adaptação das velhas instituições peninsulares, são inevitáveis, considerando-se que esses homens trazem uma mentalidade formada num meio inteiramente diferente do meio em que vão exercer a sua ação organizadora, e que os problemas que os defrontam são inteiramente novos, contendo dados de equacionamento para eles absolutamente inéditos e mesmo imprevisíveis. (VIANNA, 1956, p. 198)

Mas como ficou o conhecimento da nossa realidade? Acreditamos que, mais do que exaltar os colonizadores, Vianna estava preocupado em ressaltar a “percepção” destes em não ser adequado à implantação de um regime estrangeiro fazendo clara evidência ao regime implantado em 1889 e pela Constituição de 1891. Assim, continua Vianna,

(...) faltam a essa nova sociedade, já original na sua estrutura e fisionomia, as condições de relativa estabilidade, dentro das quais funcionam os órgãos da superestrutura política da metrópole; e a extrema mobilidade e instabilidade dos grupos, que a compõem, altera a simplicidade da organização administrativa inicial, e a distende, e a complica, e a diferencia, no sentido

18 – Vianna, ao tratar do Governo Geral, afirmava “que o pensamento dominante dos estadistas coloniais é o da unidade; a duplicidade do governo é sempre uma solução provisória, uma situação excepcional (...)” (VIANNA, 1956, p. 200). Assim como seria excepcional o regime autoritário na primeira metade do século XX, necessário para promover a verdadeira democracia.

de um contínuo reajustamento às novas condições da sociedade e do meio. O modo por que operam esse trabalho de adaptação e reajustamento honra, porém, sobremaneira o talento político e a capacidade organizadora dos estadistas coloniais. (VIANNA, 1956, p. 198)

O período colonial foi apresentado como sendo o da ocupação geográfica que gerou o insolidarismo, a vida local, o poder do latifúndio, a prática política do clã¹⁹. O Estado português foi exaltado por “compreender” esta realidade e manter a unidade em detrimento do centralismo político.

Ao abordar as mudanças administrativas ocorridas durante o domínio espanhol, a divisão do território colonial em Estado do Brasil e Estado do Maranhão (1621-1755), Vianna novamente acentuou a ação política de manutenção da unidade geográfica, ressaltando que a centralização seria o objetivo principal desde o princípio,

Os homens de estado portugueses procuraram, como se vê, resolver os problemas da administração e da defesa militar da colônia, segundo um pensamento de centralização e unidade, de modo a manter unida e coesa essa vasta massa amorfa e ganglionar, que é a população colonial dos primeiros séculos. Contra essa pretensão levanta-se, porém, a fatalidade inexorável, que ainda hoje nos pesa e embaraça, da latitude excessiva do território, criando o problema das distâncias insuperáveis e invencíveis. Eles são levados, destarte, a abandonar o seu belo sonho de unidade política para realizar, pela fragmenta-

19 – “O primeiro elemento de diferenciação do organismo político-administrativo inicial é a dispersão mesma dos nódulos de povoamento, a enormidade das distâncias que os separa e os perde na vastidão imensurável da terra. Em vez de ter partido de um centro único, a colonização, (...), partiu de vários centros extremamente distantes uns dos outros, tendo cada qual a sua evolução autônoma e própria” (VIANNA, 1956, p. 199-200).

ção do poder e da autoridade, uma melhor administração e uma melhor defesa dos núcleos coloniais. (VIANNA, 1956, p. 203-204)

Cientes do real objetivo do Estado português, que era a arrecadação fiscal, a não relação intensa entre as diferentes regiões da colônia os favoreceriam: “O próprio interesse fiscal da metrópole os obriga a não multiplicar demasiadamente a rede das comunicações: é preciso impedir os descaminhos dos renditos da Coroa, da safra dos diamantes, dos quintos de ouro e assegurar uma melhor arrecadação dos dízimos reais” (VIANNA, 1956, p. 212). A contradição está presente, pois o objetivo era a arrecadação e não a centralização para formar um Estado, uma nação. Mas o discurso ressignificado de Vianna busca legitimar que mesmo tendo este objetivo econômico, o estadista português percebeu a “realidade” colonial e foi vencido pela mesma, mas que no projeto original, o desejo já teria sido o do centralismo. Temos assim, no discurso de Vianna, a imposição da legitimação do passado histórico em favor do centralismo político. Este não realizado no período colonial porque o Estado que nos gerenciava era estrangeiro e tinha seus próprios interesses impostos à colônia. Situação que mudou drasticamente após a Independência do Brasil.

Vianna contestou a solução executada pelos estadistas coloniais na vigência do período monárquico. “No fundo, os problemas propostos aos políticos da Independência são antagônicos aos resolvidos pelos políticos coloniais” (VIANNA, 1956, p. 243). Destacou também o principal objetivo do qual deveriam se ocupar os estadistas do império: “(...) a necessidade de manter a unidade política do país toma o primeiro lugar no plano das suas cogitações construtoras. Eles não têm diante de si uma vasta colônia a explorar, segundo os preceitos do fiscalismo; mas, uma pátria a organizar, uma nação a construir, um povo a governar e dirigir” (VIANNA, 1956, p. 245). Os estadistas do império seriam os responsáveis por construir o Estado, a Nação, assim sendo, não poderiam utilizar os mesmos meios utilizados no período colonial. Os interesses eram diferentes. No período

colonial o Estado português objetivava a cobrança do fisco, no período imperial o Estado não poderia se restringir a esta atividade, pois teria sido justamente este o motivo do abismo que se criou entre o Estado e a população local.

A resignificação do passado pode ser percebida, pois no período pós-independência se encontrava em construção o Estado nacional brasileiro, e este deveria e o foi centralista. Podemos construir uma relação entre este período e o vivenciado por Vianna nos anos 20 e 30.

Referente à sociedade do início do período imperial, Vianna declarou ser “um conjunto ainda incoerente de núcleos humanos, ganglionarmente distribuído pela orla de um litoral vastíssimo e pelos campos e sertões do interior” e concluiu seu pensamento abordando a questão política, dizendo que o Brasil era “um amontoado de quase vinte capitâneas dispersas, muitas delas com uma tradição mais que secular de autonomia e independência” (VIANNA, 1956, p. 245).

O principal legado da política praticada pelos estadistas coloniais teria sido a unificação territorial, mas, no campo político, herdou-se uma grande desagregação. Foi no decorrer do império que se construiu o centralismo político no Brasil, segundo Vianna. Afirmou que

(...) esta construção não é má; porque sob ela o país se abriga durante mais de meio século, e cresce, e prospera, e se robustece, e se prestigia aos olhos do mundo. O novo regime republicano recebe, em 1889, desse velho regime uma nação pacificada, tranquila, obediente, organizada, progressiva, moralizada. Então é que esses velhos políticos, que vimos presidir à alvorada da nacionalidade, agem com sabedoria; sabem o que fazem; são dignos da grandeza da incumbência que recebem. (VIANNA, 1956, p. 250)

O resignificado do passado imperial assume aqui o propósito de evidenciar, segundo o pensamento de Oliveira Vianna, a diferença entre os

dois períodos da História do Brasil. O período imperial recebeu, segundo sua interpretação, um território unificado, mas politicamente desagregado. Para o autor, foram os estadistas do império que construíam uma nação centralizada e apaziguada. O contexto no qual produziu suas obras foi o da Primeira República, no qual o País vivia uma agitação social e política. As disputas oligárquicas estavam afloradas pelos interesses pessoais e regionais. Vianna ofereceu uma leitura que unificou a ação do Estado centralizado e forte do período imperial com um período de paz e de tranquilidade política, buscando evidenciar que no governo republicano de pensamento liberal reinaria a desordem, o caos, a desagregação nacional, o reino das disputas de clã, que “ressurgiram” do período colonial, e que já havia sido dominado pelos estadistas do império.

Devemos considerar o contexto político no qual estava inserido Vianna e a sua proposta política, pois somente munidos destes dados nos é possível perceber as ressignificações do passado quando destacou as ameaças com as quais os estadistas do império enfrentaram. Estes novos fatores fomentadores de complicações políticas foram sempre apresentados como desagregadores da unidade nacional:

Há também que assinalar, no período da Independência e do Império, a aparição de um novo fator, de um novo modificador da estrutura política, ao lado dos velhos fatores já estudados. É a influência das ideias exóticas, a repercussão, na América, das novas teorias políticas, que então agitam e renovam, desde os seus fundamentos, o mundo europeu: o Liberalismo, o Parlamentarismo, o Constitucionalismo, o Federalismo, a Democracia, a República. (VIANNA, 1956, p. 245-246)

O liberalismo foi duramente atacado por Vianna, sendo associado à desagregação, a desarticulação política e territorial. O liberalismo assumiria a característica do regionalismo, do particularismo, escudo por trás do qual o regime de clã se protegia e perpetuava sua existência. Ao abordar

o período da independência brasileira, explorou o seu contexto internacional, construindo um contraponto entre a organização política adotada no Brasil e o dos diversos Estados que proliferaram após romperem com a colonização espanhola na América. No caso brasileiro tivemos manutenção da unidade territorial e a construção de uma política centralista, tendo como regime político a monarquia, que possibilitou esta realização. Nas ex-colônias hispano-americanas, o regime adotado foi o republicano, com o qual percebemos a fragmentação territorial e uma acentuada disputa pelo poder no interior destas novas “nações”:

Enquanto argentinos, bolivianos, peruanos, chilenos, na visão delirante da independência, invocam a espada de Bolívar ou San Martín e o tropel guerrilheiro das cavalhadas minuanas, e vão escrevendo a sua história com o sangue e o estrépito das batalhas, o nosso povo, pacífico pela índole da raça, que o formou, e pelas condições geográficas e históricas, que o isolam do campo dos conflitos entre as nações, consoma, sem abalos violentos, sem lutas prolongadas, a edificação da sua independência, pela ação exclusiva do pensamento e da palavra. (VIANNA, 1973, p. 263)

O contexto presente de Vianna era o período republicano, o qual atacava como o promotor do caos, da insolidariedade, da crise política, recuperou no passado os exemplos que corroboravam, segundo suas interpretações, a atualidade vivenciada nos anos posteriores à Proclamação da República no Brasil. As ressignificações atribuídas ao isolacionismo gerados pelo fator geográfico se tornam evidentes neste contexto, pois, segundo suas pretensões políticas, destacando-o como favorável para a manutenção da paz e da harmonia, e em outros momentos o destacou como o grande mal da nossa organização política, sendo necessária sua superação, a fim de evitar a desintegração política e territorial do País. As ressignificações do passado ocupam assim relevância na produção do pensamento de Oliveira

Vianna, segundo o qual, a história seria a mestra da política. O conhecimento do passado, no pensamento de Vianna, desempenhou a função de confirmação científica do seu discurso político. Assim conclamou, “estudai a história social do nosso povo”, pois segundo suas interpretações, “nada encontrareis nela que justifique a existência do sentimento das liberdades públicas” (VIANNA, 1973, p. 263). O passado, apresentado sob a áurea do científico, eximia as paixões políticas do autor, sendo seus diagnósticos percebidos como uma necessidade da realidade nacional: “Esta realidade social nos ensina muita coisa. Entre as coisas ensinadas está esta: de que se, ontem como agora, o problema da democracia no Brasil tem sido mal posto, é porque tem sido posto à maneira inglesa, à maneira francesa, à maneira americana; mas, nunca, à maneira brasileira” (MEDEIROS, 1978, p. 162). A presença do tempo histórico ao unificar “realidades” torna-se igualmente fundamental para uma leitura das ressignificações do passado no pensamento de Vianna. Segundo nossa compreensão, acreditamos ser possível atribuir ao autor uma utilização do tempo como cíclico em sua produção intelectual, buscando, conscientemente ou não, demonstrar o desenvolvimento histórico e político do País como uma sucessão de tempos cíclicos. Sendo uma eterna busca pelo retorno aos tempos da nossa fundação, pois teríamos, desde o início, como objetivo, a centralização.

Sua crítica ao liberalismo se faz perceptível na fase que denominamos de intelectual, a década de 20. Assim, na obra *Populações Meridionais do Brasil*, Vianna afirmou que “entre nós, liberalismo significa praticamente, e de fato, nada mais do que caudilhismo local ou provincial” (VIANNA, 1973, p. 221).

Segundo o pensamento de Vianna, a solidariedade seria geradora da nação, o oposto do que seria, e o foi, segundo sua análise, a política de clã. A prática do clã seria o oposto dos ideais democráticos, pois estariam em defesa única e exclusiva dos particularismos, dos interesses regionais em oposição aos nacionais. Os interesses democráticos deveriam atender o interesse não de um grupo ou de uma particularidade, mas sim da coletividade nacional expressando dessa maneira a unidade nacional pela presença do Estado que atenderia as necessidades coletivas.

(Re)Significações do Passado na Obra de Oliveira Vianna: produção intelectual de legitimação do Estado autoritário para a política nacional brasileira

Assim sendo, Vianna ofertou sua proposta salvacionista à nação, o centralismo autoritário. Nesta concepção política, a participação democrática se daria pela atuação do corporativismo, pelas representações de classes, organizadas e tuteladas pelo Estado, chegando ao governo central sempre o interesse da coletividade, combatendo desta maneira as facções que obstaculizam a unidade nacional. Teríamos assim a supressão da individualidade em benefício da coletividade. Proposta desenvolvida, pelo menos em parte, nos anos 30 e 40, nos quais os sindicatos desempenharam a função de organizar as classes, sob tutela do Estado. O presidente ocuparia o lugar de líder deste “grande clã” chamado Brasil. Oliveira Vianna estava legitimando o estado autoritário como democrático, pois somente com esta forma orgânica seria possível disponibilizar o acesso à democracia para todos os membros da nação, efetuando a solidariedade social e, ao mesmo tempo, promovendo o sonho da unidade política.

Oliveira Vianna ataca o liberalismo presente na Constituição de 1891. Não podemos afirmar que o autor era contrário ao pensamento liberal, mas sim que tal pensamento não seria o ideal para o momento atual da história nacional brasileira. Pois, como declarou em sua produção, a abolição da escravidão ocorrida em 1888 desestabilizou a economia e a sociedade, agravada pela Proclamação da República, que colocou fim ao regime monárquico no País. Esta última mudança, precipitada, na concepção de Vianna, teria gerado um vazio de poder, sendo ocupado por idealistas utópicos²⁰ que nada ou quase nada conheciam da realidade brasileira. Deste modo, passaram a importar ideais exóticos inadequados que só contribuiram para acentuar o espírito de clã e as diferenças regionais, destruindo o legado imperial de “unidade e harmonia”. O mal maior teria sido o voto universal, pois teria sido ofertado a uma população que

20 – É essa fé na ciência como um instrumento de racionalidade que leva Oliveira Vianna a, recorrentemente, insistir naquilo que o diferencia, como um *idealista orgânico*, daqueles que, por desconhecerem a realidade histórica de nosso País, persistem em ter ilusões quanto à possibilidade de adaptar às nossas condições societárias modelos de organização social e política importados; são os *idealistas utópicos*. (ODALIA, 1997, p. 124-125)

não sabia usufruir desse direito, transformou-se numa forma de acesso ao poder central pelas facções políticas. Assim sendo, Vianna legitimava o cancelamento da prática do voto universal, pois esse não cumpriria sua real função política no contexto atual da história brasileira.

Vianna demonstrou que o problema maior da organização política brasileira estava na prática da política de clã. Evidenciou que as causas da instabilidade vivenciada no período republicano originaram-se da inexistência de um centro de orientação permanente no centro do regime. Sendo que este centro de poder se encontrava controlado pelas ideias pessoais e pelos compromissos assumidos pelos chefes locais, os políticos ligados aos clãs.

Oliveira Vianna se reportou ao período imperial para legitimar, utilizando-se do passado e de uma “tradição histórica”, o uso de poderes centralistas para combater forças políticas divergentes:

No Império, contra o espírito faccioso, contra a intolerância dos caudilhos, contra a tendência dos corrilhos partidários a perpetuarem no poder, opuseram os nossos grandes estadistas da escola conservadora, como meio eficaz de moderação e repressão, três poderes essencialmente políticos – a Coroa, o Senado e o Conselho de Estado. Eram três poderes colossais pela força, pelo prestígio, pela ascendência de uma larga tradição histórica – e todos eles vitalícios. (VIANNA, 1930, p. 26-27)

O passado imperial foi ressignificado a fim de legitimar uma proposta política que visou ter no chefe da nação a centralização do poder, uma ressignificação da figura do imperador. Tornou o período imperial um cenário de atuação racional e de benevolência dos líderes políticos daquele passado histórico, efetuando uma exaltação do pensamento conservador associado à tradição histórica. Sendo desta maneira a História o conhecimento por excelência do passado, não simplesmente mestra da vida (Cícero), mas com Vianna a história tornar-se-ia mestra da política e esta construiria a vida nacional, sob o conhecimento “científico” da realidade brasileira.

(Re)Significações do Passado na Obra de Oliveira Vianna: produção intelectual de legitimação do Estado autoritário para a política nacional brasileira

Construindo um diálogo com o pensamento de Alberto Torres, Vianna refletiu se, na prática, o Poder Coordenador teria possibilidade de dar o resultado que o seu criador presumia, sua resposta foi pessimista. Pois para Vianna este poder exigiria uma mentalidade cívica, uma consciência política, um sentimento dos interesses públicos, para ter um bom funcionamento. (VIANNA, 1930, p. 28-29)

O problema para Vianna era justamente a ausência de um ideal nacional, agregado à ausência do sentimento de interesse coletivo, a debilidade do instinto político. Destacou também a exacerbação do espírito de localismo, da facção e do mandonismo.

Ao expor a questão revisionista no Brasil (VIANNA, 1930), criticou o tratamento dado à questão, limitando-se à discussão de ser parlamentar, à maneira europeia ou presidencial, à maneira americana. Declarou serem estes regimes exóticos e que deveríamos buscar um regime adequado a nossa realidade, modelado a nossa realidade, as nossas indiossincrasias. Poderíamos destacar certa proximidade com as ideias essencialistas, as quais tiveram como parâmetro o que nos identificava e nos diferenciava frente aos demais povos. Buscou perceber o que nos era próprio, singular. Realizou este estudo através de um método tido como científico, porém, após apropriação desta tal realidade que nos identificava, ofereceu um projeto político altamente distinto desta realidade. Assim sendo, podemos perceber também que as ideias de Oliveira Vianna não estavam “fora do lugar”. Eram ideias adequadas ao seu contexto histórico e político. Buscando no passado uma ressonância, porém executando uma resignificação deste passado a fim de comprovar a necessidade de uma “nova” diretriz política, uma ação política a qual acreditava ser a mais apropriada, em oposição ao regime que vigorava no País após 1889. O pensamento de Vianna se configura numa leitura do seu tempo, do seu contexto social e político.

Esta realidade, exposta por Vianna, encontrou acolhimento numa parcela da elite política nacional e que, no pós 1930, inaugurou um processo de acentuada centralização política e de implantação de um Estado forte e autoritário – esta reflexão está embasada na sua participação na política

governamental dos anos 30 e 40 e nas obras produzidas neste período, bem como nas reedições de suas obras²¹.

Período no qual foram suprimidas as eleições, tidas como motivos de revoltas e agitações políticas no País no período anterior a 1930, e a vigência da nova constituição, a outorgada, a qual teve a finalidade de respaldar o novo regime imposto ao País em 10 de novembro de 1937. Regime que teve em sua criação e participação, além de Oliveira Vianna, outros intelectuais que convergiam com as ideias do autor aqui em estudo, Estado forte, centralizado e autoritário como solução para se construir a nação unida e moderna, a constante dicotomia entre tradição e modernidade também pode ser percebida neste período. Estes intelectuais seriam os hífens que relacionavam no tempo dois acontecimentos que se completam, a Revolução de 1930 e o Estado Novo.

Não poderíamos encerrar nossas reflexões referentes às ressignificações do passado sem mencionarmos a atenção dedicada aos gaúchos nas produções de Oliveira Vianna. Tratando da população rio-grandense, afirma que “durante o período colonial, não conhece outro governo senão o dos comandantes militares” (VIANNA, 1956, p. 236). O que poderia legitimar a ameaça da desintegração nacional, pois seriam estes núcleos gaúchos o reinado do caudilho, do latifúndio, do regime de clã. Mas Vianna extrai outra possibilidade desta realidade, exalta a centralização e a obediência à hierarquia vigente,

21 – Uma breve pesquisa sobre as publicações e reedições das obras de Oliveira Vianna nas décadas de 1920, 1930 e 1940, até o final do Estado Novo, nos evidenciou um acentuado destaque de suas obras no meio editorial do período. Assim temos: *Populações meridionais do Brasil* (vol. 1), 1ª edição em 1920, 2ª edição em 1922, 3ª edição em 1933 e 4ª edição em 1938; *Pequenos estudos de psicologia social*, 1ª edição em 1921 e 2ª edição em 1923; *Evolução do povo brasileiro*, 1ª e 2ª edições em 1923, 3ª edição em 1938, foi traduzido para o espanhol em 1937 – Buenos Aires; *O idealismo da constituição*, 1ª edição 1920, 2ª edição 1927, 3ª edição 1939; *Problemas de política objetiva*, 1ª edição em 1930; *Formation ethnique du Brésil Colonial*, Paris, 1932; *Raça e assimilação*, 1ª edição em 1932, 2ª edição em 1933, 3ª edição em 1938; *Problemas de direito corporativo*, 1ª edição em 1938; *Problemas de direito sindical*, 1ª edição em 1943. A produção bibliográfica do autor não se restringe às obras listadas, as demais publicações ocorreram após 1945 ou foram publicadas postumamente. Nosso intuito aqui foi o de destacar a importância intelectual de Vianna em sua época.

(...) no extremo-sul, os “presídios militares”, as “guardas avançadas”, os “fortins” e as “fortalezas”, que se disseminam pela campina rasa ou se alteiam na eminência das coxilhas, não constituem nódulos dispersos, gânglios desarticulados de organização militar, como os “presídios” dos sertões do planalto; ao contrário, formam um conjunto sábio e perfeito de pequenos órgãos militares, superiormente articulados e coordenados num poderoso sistema, cujo centro está em Porto Alegre, residência do governador. (VIANNA, 1956, p. 237)

Vianna não percebia o gaúcho como tipo nacional, pelo contrário, junto com o nordestino, foi apresentado como modelo do regionalismo, sendo o matuto, habitante do sudeste o tipo nacional. Mas exalta aqui a organização, a centralização, a obediência à hierarquia. Ressaltando desta maneira que o Rio Grande do Sul resistiu às investidas de além fronteira devido a estas características, pois do contrário teria sucumbido.

Sob a pressão crescente das guerras platinas, a organização político-militar do extremo-sul do modifica e diferencia, como se vê, da organização político-militar das outras regiões coloniais. Os seus órgãos administrativos e técnicos, à medida que se desenvolvem e multiplicam, se retravam cada vez mais: e o tecido militar da superestrutura política se espessa, se incorpora, adquirindo, destarte, maior solidez, resistência e homogeneidade. (VIANNA, 1956, p. 238)

Mais ainda, possibilitava a homogeneidade, principalmente pela utilização de órgãos administrativos e técnicos, que possibilitam a incorporação da política.

Estas ressignificações do passado demonstram claramente os interesses políticos de Vianna, seu objetivo de ver implantado o centralismo e o autoritarismo. Em prol deste objetivo torna-se contraditório,

O nosso povo nunca foi, mesmo nos primeiros séculos coloniais, um conglomerado informe de colonos sem organização de classes, sem uma hierarquia social, sem uma forte aristocracia organizada. Embora disperso em nódulos pela vasta superfície do país, embora a sua desintegração política, embora a sua falta de solidariedade, nem por isto a sua estrutura social se caracteriza pela ausência de uma hierarquia de classes. Muito ao contrário, desde o I século, sobre a massa heterogênea da plebe, pompeia uma aristocracia magnífica, onde abundam autênticos representantes da velha fidalguia peninsular. (VIANNA, 1956, p. 246)

Enfim, buscou demonstrar que a tradição histórica da nossa formação estaria atrelada à hierarquia e ao centralismo. Para legitimar suas interpretações recorreu ao passado histórico, atribuindo a esse ressignificações as quais serviram para legitimar sua concepção política.

3. Apontamentos finais

Após percorrermos o pensamento de Oliveira Vianna nos questionando sobre a utilização do passado e das ressignificações que o autor atribuiu a este, nos possibilita destacar que as ideias propostas por Vianna não estavam fora do lugar, pelo contrário, encontravam-se em lugar propício e adequado ao momento histórico da realidade brasileira. Seu pensamento teve aceitação de uma parcela da sociedade nacional, demonstrado pelas obras publicadas e reeditadas neste espaço temporal que inseriu o Vianna intelectual na vida política nacional. Temos ciência de que sua produção intelectual antecedeu sua participação efetiva na política, por isso refletimos sobre o interesse de tê-lo no governo pode ter partido de suas ideias e de suas propostas. Se assim podemos pensar, não somente suas ideias estariam no lugar, mas também toda a sua atividade como membro do governo. Seus estudos teriam coincidido com propostas almejadas para o momento histórico. Seu discurso, envolto pelo manto sagrado do “científico”

(Re)Significações do Passado na Obra de Oliveira Vianna: produção intelectual de legitimação do Estado autoritário para a política nacional brasileira

associado à “verdade histórica”, encontrou ressonância. As ressignificações do passado ofereceram a possibilidade para efetuar a salvação da política nacional. Seria o momento do pensamento “científico” legitimando ações políticas, ou seja, a ideologização do passado histórico sendo utilizado em prol das necessidades do presente.

Concordamos com a atual historiografia que sinaliza a necessidade de retomarmos os intelectuais que compuseram o pensamento social brasileiro. Não condiz com a produção historiográfica a exclusão de um intelectual pelo fato de que, por um longo tempo, tenha sido classificado como uma má literatura, uma historiografia tendenciosa, racista, conservadora e autoritária, como ocorreu com a produção intelectual de Oliveira Vianna. Não podemos excluí-lo como um intérprete do longo processo de construção do pensamento social brasileiro por tais rótulos apenas, pelo contrário, esta dita “má” literatura pode oferecer, por exemplo, valiosa possibilidade para a reflexão dos usos e abusos do passado de maneira ideológica, como se tentou demonstrar neste trabalho. Não podemos simplesmente nos preocupar com a qualidade da produção historiográfica, mas saber qual o objetivo que temos quando utilizamos tal produção, este certamente é o caso de Oliveira Vianna. Por isso acredito que deva ter seu lugar entre os intelectuais do pensamento social brasileiro, pois, além de demonstrar sua ideologia política e as ressignificações do passado, nos possibilita acessar e contextualizar com o campo social e político no qual estava inserido, possibilitando releituras de si e do seu contexto. Não para redimi-lo ou inocentá-lo, mas para aprofundarmos os estudos sobre a produção histórica e suas relações com a política.

Dedicando-nos ao pensamento de Oliveira Vianna, percebemos as inúmeras reinterpretações, usos do passado e do tempo histórico com o propósito de contestar sua realidade política. Essa adaptação é visível na busca de incorporar ao período colonial o início da construção da nação, já com o objetivo da centralização.

Por fim, a questão da cientificidade, tão exaltada e desejada por Vianna, que confirmaria suas concepções políticas. Mas conhecendo a realidade de forma objetiva propôs alterá-la, ou melhor, alterou o próprio

conhecimento histórico para fins objetivamente políticos. Podemos concluir que Vianna buscou amparo científico para legitimar suas propostas, e essas estavam inseridas num complexo jogo político.

O trabalho de Oliveira Vianna nos proporciona lembrar que o passado não é um dado morto, sobre o qual há uma uniformidade interpretativa, é um vasto campo de reflexão que sempre estará disponível para usos com os mais diferentes objetivos. Assim, devemos estar sempre atentos aos usos e às ressignificações impostas ao passado, principalmente na atualidade, onde questões como nações, nacionalismos, identidades, motivadas pelo processo de globalização, se encontram constantemente na pauta de discussões contemporâneas, muitas dessas requerendo o aval do passado histórico, legitimado pelo saber científico do historiador.

Referências bibliográficas

- ABREU, João Capistrano de. *Capítulos de história colonial*. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006.
- ABREU, Luciano Aronne de. *Um olhar regional sobre o Estado Novo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.
- BASTOS, Elide Rugai; MORAES, João Quartim de (orgs.). *O pensamento de Oliveira Vianna*. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.
- BEIRED, José Luis Bendicho. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina*. São Paulo: Loyola, 1999.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. 2ª ed., ver. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- CARVALHO, José Murilo de. As duas cabeças de Oliveira Vianna. In: AXT, Gunter; SCHÜLER, Fernando Luis (orgs.). *Intérpretes do Brasil*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004, p. 155-176.
- DIEHL, Astor Antônio. *A cultura historiográfica brasileira: do IHGB aos anos 1930*. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.
- DOLHNIKOFF, Mirian. Elites regionais e a construção do estado nacional. In: JANCSÓ, István (org.). *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São

(Re)Significações do Passado na Obra de Oliveira Vianna: produção intelectual de legitimação do Estado autoritário para a política nacional brasileira

Paulo: Hucitec, 2003.

GOMES, Ângela de Castro. Oliveira Vianna: um *statemaker* na alameda São Boaventura. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília Mortitz (orgs.). *Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p. 144-159.

_____. Oliveira Vianna: o Brasil do insolidarismo ao corporativismo. In: LIMONCIC, Flávio; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (orgs.). *Os intelectuais do antiliberalismo: alternativas à modernidade capitalista*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 201-231.

HOBBSAWM, Eric. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

IANNI, Octávio. *A ideia de Brasil moderno*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro: história de uma ideologia*. 4ª ed. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1983.

MACIEL, Fabrício. *O Brasil-Nação como ideologia: a construção retórica e sociopolítica da identidade nacional*. São Paulo: Annablume, 2007.

MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil 1930-1945*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1978.

ODALIA, Nilo. *As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Vianna*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.

OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis (RJ): Vozes, 1992.

PALACIOS, Guillermo (coord.). *La nación y su historia. Independencias, relato historiográfico y debates sobre la nación: América Latina, siglo XIX*. México: El Colégio de México, 2009.

REIS, José Carlos. *As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC*. 9ª ed. ampl. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

_____. *As identidades do Brasil 2: De Calmon a Bomfim: A favor do Brasil: direita ou esquerda?* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideias de nação no Brasil (1830-1870)*.

São Paulo: Martins Fontes, 2004.

VIANNA, Oliveira. *Problemas de política objetiva*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1930.

_____. *O idealismo da constituição*. 2ª ed. São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1939.

_____. *Evolução do povo brasileiro*. 4ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1956.

_____. *Populações meridionais do Brasil*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

_____. *Populações meridionais do Brasil*. Vol. 2. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.